

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2015, do Senador Dário Berger, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.*

Relator: Senador **PAULO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 317, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger. A proposição dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para uso em atividades que não necessitem de água potável.

O PLS divide-se em quatro artigos. O art. 1º determina que as construções de prédios públicos utilizarão sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais e sistema de captação de energia solar. Ainda, que os prédios públicos já existentes deverão, quando passarem por reforma, implantar esses sistemas e que os imóveis alugados pelo Poder Público deverão dispor desses sistemas. O dispositivo estabelece também que os materiais e as instalações utilizados deverão atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis e que fica vedado o aproveitamento, para consumo humano, da água do sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais.





O art. 2º prevê que os editais de licitação de obras de construção de prédios públicos exigirão a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais. O art. 3º determina o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Poder Executivo regulamente a lei resultante do projeto, que entrará em vigor após decorrido um ano de sua publicação, nos termos do ar. 4º da proposição.

Na justificação da matéria, o Senador Dário Berger defende que a utilização de sistemas de energia solar e de captação e uso de águas da chuva traz uma série de benefícios econômicos e ambientais. A obrigatoriedade da implantação desses sistemas por prédios públicos sinaliza o papel do Estado como exemplo para a sociedade no reaproveitamento das águas pluviais e no uso da energia solar. Nas palavras do autor da matéria, são medidas fundamentais no sentido da

proteção do meio ambiente em consonância a Constituição Federal, que, nos termos do seu art. 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A proposição foi distribuída ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em decisão terminativa, a esta Comissão. A CCJ aprovou a matéria com as Emendas nº 1-CCJ a nº 3-CCJ, que realizaram ajustes para evitar vícios de constitucionalidade e juridicidade da matéria, conforme apresentaremos em nossa análise.

Não foram apresentadas emendas na CMA.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos pertinentes à defesa

do meio ambiente, especialmente conservação dos recursos naturais e dos recursos hídricos.

Concordamos com o Parecer da CCJ sobre a matéria, com a apresentação de três emendas para corrigir vícios de constitucionalidade e juridicidade. A União tem competência privativa para legislar sobre águas, nos termos do art. 22, inciso IV, da Constituição Federal (CF). Também compete à União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, legislar sobre defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente (art. 24, VI, da Constituição Federal). O projeto não trata de matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, estabelecidas no art. 61, § 1º, da CF.

As Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ realizaram ajustes para, respectivamente: 1) alterar o texto da ementa para restringir o alcance da norma a bens pertencentes à União, de modo a evitar inconstitucionalidade associada a afronta à autonomia dos demais entes federativos pela imposição da exigência de instalação de sistemas de captação de água pluvial e de energia solar nos bens públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; 2) ajustar o texto do art. 1º no mesmo sentido da adequação realizada na ementa; e 3) evitar vício de juridicidade associado à ausência de imperatividade e coercibilidade da matéria, prevendo sanções em caso de descumprimento de seus preceitos e excluindo a responsabilidade do gestor público quando não houver recursos orçamentários suficientes para o cumprimento das regras propostas.

Com as três emendas da CCJ, entendemos que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, exceto quanto a um pequeno erro de redação no art. 3º, que pretendemos ajustar por meio de emenda.

Quanto ao mérito, a proposição não merece reparos. A União deve dar o exemplo aos demais entes federados e à sociedade, adotando, nos prédios públicos de sua propriedade ou alugados, sistemas de aproveitamento de água das chuvas para usos não potáveis, bem como sistemas de geração de energia solar.



Um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecidos no art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é *incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais*. A proposição alinha-se com esse objetivo e harmoniza-se também com diretriz adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), segundo a qual nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior, salvo quando houver elevada disponibilidade hídrica.

O aproveitamento de águas pluviais ganha destacada importância considerando-se a ocorrência frequente de eventos de escassez hídrica registrada em todas as regiões nos últimos anos, com graves crises de abastecimento em centenas de municípios.

O aproveitamento da energia solar em prédios públicos da União é outra medida fundamental, sobretudo para que o Brasil consiga cumprir os compromissos firmados no âmbito do Acordo de Paris para regulação climática da Terra. O País comprometeu-se a reduzir, até 2025, as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir, até 2030, as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005. No setor de energia, pretende-se alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030, com ênfase para o crescimento de fontes alternativas, como solar e eólica. A proposição, portanto, alinha-se com essas metas.

Finalmente, propomos apenas ajustes redacionais na grafia do prazo de regulamentação da lei resultante pelo Poder Executivo.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela **constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do PLS nº 317, de 2015, e, no mérito, por sua **aprovação**, com as três emendas aprovadas pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a seguinte emenda que apresentamos:

EMENDA Nº – CMA

No art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2015, onde se lê “cento e vinte”, leia-se “cento e oitenta”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

